

# JUSTIÇA

## Tribunal paulista sedia 101º encontro de presidentes de TJs



Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil



**Quem são os conciliadores da Justiça?**

Eles são cerca de 2 mil no Estado

**A atuação da Vice-Presidência**

Foco no auxílio ao presidente

**Cartório do Futuro**

TJSP inaugura a primeira Unidade de Processamento Judicial (UPJ)

**Novas seções:**

Leitura jurídica, Bem-estar e Patronos

## **Editorial**

**A construção do futuro**

**3**

## **Capa**

**Líderes de tribunais estaduais no TJSP**

**4**

101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes discute temas da Justiça

## **Acontece**

**Cartório do Futuro**

**9**

Inovação na gestão de pessoas e de processos de trabalho

**A força da juventude**

**11**

Os novos juízes aprovados no 184º Concurso de Ingresso na Magistratura

**Trabalho em conjunto**

**14**

Vice-Presidência do TJSP empreende gestão com foco no auxílio à Presidência

## **Inovação**

**MSLync: os benefícios da comunicação instantânea**

**16**

Programa permite troca de mensagens, até mesmo com envio de documentos

## **Como funciona**

**Anjos da guarda**

**18**

CAPS estreita comunicação entre a Presidência do TJSP e seus servidores

**Palácio da Justiça é palco de júris simulados**

**20**

Objetivo é contextualizar o aluno de Direito no cotidiano da atividade jurídica

## **Boas práticas**

**Iguape: fórum revitalizado**

**23**

Juiz José Marques de Lacerda narra como foi a empreitada

## **Leitura jurídica**

**24**

## **Gente**

**Eles estão pacificando a sociedade**

**25**

Os conciliadores realizam trabalho que está mudando a Justiça

**A receita de Borgatto**

**28**

Magistrado de Jaboticabal mostra como encarar a vida de forma prazerosa

**Paulinho, 43 anos dedicados ao Judiciário paulista**

**30**

Servidor possui 9 quinquênios e candidata-se a ser o mais antigo funcionário do TJSP

## **Memória**

**Botucatu e suas histórias**

**32**

Com 148 anos de existência, comarca é uma das mais antigas do Estado

## **Cultura**

**A toga**

**34**

História e simbolismos do traje jurídico

## **Bem-estar**

**36**

## **Patronos**

**37**

## **Imagens**

**Esculturas do Palácio da Justiça**

**38**

# A construção do futuro

**2**014 foi um ano em tudo atípico. A coincidência da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil com o ciclo eleitoral mais extenso, no momento em que se operou a transição para a nova Administração da Justiça Bandeirante, acelerou de forma inequívoca um cotidiano já bastante agitado.

O calendário curto, todavia, não arrefeceu o ânimo da equipe. Tampouco provocaram desestímulo as contingências relacionadas às limitações orçamentárias. Tais elementos, em verdade, foram o decisivo estímulo à criatividade, que frutificou ao longo desta primeira metade de gestão.

O estabelecimento de parcerias com institutos de pesquisa, universidades e atores institucionais evidencia essa mudança de olhar. Foram firmados inúmeros convênios, destinados a cobrir pontos estratégicos das diretrizes da gestão.

Todos os interessados em oferecer graciosamente contribuições para aperfeiçoar este equipamento estatal, combatido pela litigiosidade que já produziu a marca de mais de 20 milhões de

processos em andamento, foram recebidos. Programas estruturais, com foco no desenvolvimento de uma política de sustentabilidade para este que é o mais antiecológico dos Poderes da República, no enfrentamento dos conflitos fundiários urbanos e agrários e na saúde dos serventuários da Justiça foram iniciados. O leque é amplo e será ainda maior em 2015. Há muito a ser feito e cada dia do próximo ano representará uma oportunidade nova de realizar os anseios dos destinatários da distribuição do justo.

Inúmeros projetos foram concretizados. Outros estão avançando de maneira inequívoca. A derradeira edição da revista **Justiça SP** apresenta parte dessas iniciativas. Merece destaque, nesse sentido, o Cartório do Futuro. Para além de mera repaginada do espaço físico, a iniciativa promete ser o impulso para verdadeira mudança cultural.

As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) balançaram as estruturas tradicionais de gestão de processos. Não incorporar as práticas que

derivam desse cenário é fazer equivocada opção pelo anacronismo. Os saberes funcionais, consolidados ao longo do tempo, precisarão ser repensados. Tudo pode ser aprimorado. E a criação da Escola Judicial dos Servidores do TJSP (EJUS) tranquiliza aqueles que ficam receosos diante do novo, diante da certeza de que tudo está sendo pensado para melhorar as práticas laborais e a prestação jurisdicional.

Oferecer soluções, ser inventivo e disponível àquilo que só a racionalidade humana é capaz de produzir são imperativos que devem ser cada vez mais incorporados. Não é simples vencer as resistências que se orientam pela lógica do problema.

Que o empenho de 2014 se repita, fortalecido, em 2015. E que todos se recordem da importância de meditar sobre as lições do Menino Jesus, aniversariante pouco lembrado do período natalino: amor ao próximo, caridade, generosidade, perdão, tão importantes à higidez do espírito e, igualmente, a atenção devida à sociedade, que financia este tribunal centenário e anseia por Justiça. Eis a lição milenar, que permanece viva na construção do futuro.

JOSÉ RENATO NALINI  
Presidente do TJSP

# Líderes de tribunais estaduais no TJSP



## 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes discute temas de aperfeiçoamento da Justiça

O Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário paulista, foi palco, entre os dias 4 e 6 de dezembro, do 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, mais importante evento institucional a reunir os chefes das Justiças dos Estados e que nesta edição contou com a presença do presidente do Supremo

Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Enrique Ricardo Lewandowski.

O Colégio Permanente de Presidentes de TJs é um foro privilegiado de debates e deliberações entre os chefes dos Judiciários estaduais, haja vista a ausência de previsão constitucional que institua a existência de um Conselho da Justiça Estadual, ao

contrário das Justiças Federal e Trabalhista, por exemplo, que possuem seus respectivos colegiados para a supervisão administrativa e orçamentária em primeiro e segundo graus.

**Discursos** – Em tom contundente, o presidente do Colégio Permanente exaltou a importância do evento que agrupou os chefes do maior ramo da Justiça do País, responsável



por cerca de 70% dos conflitos sociais judicializados, e exortou seus pares a adotarem postura rigorosa quanto à questão orçamentária, em razão das dificuldades financeiras dos Estados previstas para 2015. “O Brasil está terminando 2014 com uma expansão pífia da economia, com inflação oficial em torno de 6,4%, indústria estagnada, taxa de juros acima de 11%, entre outros dados. Num país organizado federativamente, como o nosso, soa quase evidente dizer que dificuldades semelhantes, e até mesmo maiores, marcarão o panorama econômico e financeiro dos Estados em 2015,

contribuindo para tornar mais complexo e sensível o de há muito complicado relacionamento entre os seus Poderes quando se trata de matéria orçamentária e financeira”, declarou Milton Nobre. “Não exagero ao alimentar forte convicção de que, para o futuro, os presidentes dos Tribunais de Justiça devem se mobilizar, sob o pálio deste Colegiado, para juntos terem uma atuação mais forte na defesa da autonomia financeira do Judiciário estadual, onde quer que possa haver algum sinal tendente a colocá-la em risco.”

Anfitrião da reunião, o presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, focou seu pronunciamento em três linhas de pensamento: adoção de métodos de solução de conflitos que dispensem o equipamento jurisdicional, a desjudicialização de tudo aquilo que não for essencialmente litigioso – como a execução fiscal, que no Estado de São Paulo soma mais de 10 milhões de processos – e a priorização da primeira instância.

“Fazer mais do mesmo já não atende à vocação de uma Justiça chamada a resolver toda e qualquer questão. Aprender com a iniciativa privada, motivar os quadros pessoais, aprimorar a utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação, comunicar-se melhor com o usuário, refletir em termos de uma demanda massiva, que tem um jurisdicionado que atua como consumidor cada vez mais exigente. Tudo o que não ousávamos pensar há algumas décadas agora se impõe como repto urgente, posto por uma velocíssima e profunda mutação da sociedade”, afirmou. “Que a Providência nos inspire a termos serenidade, sem perder a coragem. E que os frutos desses Encontros se traduzam em salto qualitativo na realização do justo concreto.”

A mesa de honra do primeiro dia foi composta pelo presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini; pelo presidente do Colégio Permanente de Presidentes, desembargador Milton Augusto de Brito Nobre; pelo vice-presidente

do TJSP, desembargador Eros Piceli; pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça Deborah Ciocci; pelos desembargadores Artur Marques da Silva Filho (presidente da Seção de Direito Privado do TJSP), Ricardo Mair Anafe (presidente da Seção de Direito Público) e Geraldo Francisco Pinheiro Franco (presidente da Seção Criminal); pelo presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, Paulo Adib Casseb; pelo subprocurador-geral de Justiça do Estado, Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, que no ato representou o procurador-geral; pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz João Ricardo dos Santos Costa; e pelo presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcos da Costa.

“A atual quantidade de processos em trâmite exige novos métodos e estruturas, como o Cartório do Futuro, iniciativa de vanguarda do Tribunal paulista de que tive a honra de participar em sua inauguração”  
 Ricardo Lewandowski

**Palestras** – Os destaques do segundo dia foram as explanações do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Dias de Moura Ribeiro, do deputado federal Gabriel Chalita e da conselheira do CNJ Deborah Ciocci, no Salão Nobre Ministro Manoel da Costa Manso.

Moura Ribeiro falou a respeito da adoção de métodos conciliatórios de solução de conflitos como resposta à crescente judicialização da sociedade e abordou a questão da remuneração de conciliadores e mediadores. “O projeto do Código de Processo Civil não menciona quem pagará os custos do trabalho desses profissionais, que hoje são voluntários. Mas não é justo que continuemos dessa forma.” Ao final, comentou números da Justiça brasileira e mencionou alguns julgados do STJ, em especial sobre temas repetitivos.

Gabriel Chalita, que concilia a atuação parlamentar com as atividades de educador, filósofo e



Representante paulista no CNJ, Deborah Ciocci teceu considerações sobre o relatório “Justiça em Números”, em sua opinião, instrumento fundamental para o planejamento de ações do Judiciário. “Não queremos tirar o magistrado de sua função para preencher planilhas estatísticas, mas apenas com esses dados temos a exata noção da litigiosidade”, declarou a magistrada, que também pediu o apoio dos

implantação, no Judiciário paulista, do projeto “TJ + Sustentável”. Criado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o programa visa a promover a responsabilidade social e a incentivar a economia de recursos, com estabelecimento de metas de redução de consumo de água, energia, telefonia, papel e descartáveis, além de estar alinhado com as recomendações do Conselho Nacional de Justiça quanto à necessidade de conscientização ambiental.

**Encerramento** – O terceiro e último dia foi marcado por breve pronunciamento do ministro Ricardo Lewandowski, que falou aos presidentes de Cortes e integrantes da Comissão Executiva do Colégio Permanente. O presidente do STF e do CNJ levou uma palavra de alento aos presidentes de tribunais estaduais no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Sua grande tarefa, afirmou, é manter a unidade do Judiciário sem abrir mão da pluralidade presente num país de dimensão continental como o Brasil, além de atuar no sentido de zelar pela autonomia das Cortes e conduzir o Conselho Nacional de Justiça para que atue como órgão de consulta e apoio ao Judiciário.

O ministro ressaltou também a eficácia da máquina judiciária e a dedicação diuturna dos mais de 16 mil magistrados brasileiros e apontou para a necessidade de utilizar soluções alternativas de solução de conflitos. “A atual quantidade de processos em trâmite

presidente da Academia Paulista de Letras, trouxe uma reflexão a respeito de escolha, aspiração, utopia e justiça. “Pelo fato de termos escolhas, organizamos nossos desejos. É o instrumental racional que orienta o dia a dia de nossas vidas.” Ressaltou que todos, especialmente os magistrados, precisam ser capazes de enxergar a dor do outro. “A Justiça deixa de ser utopia quando eu sou capaz de ver até onde vai o meu poder.” E concluiu: “Se nos envolvemos apenas com os números, perdemos a dimensão, a beleza e a capacidade de percepção do que é a Justiça”.

desembargadores na questão da judicialização da saúde, para que os tribunais mantenham comitês atuantes na área. “Precisamos tomar cuidado para que o Judiciário não se torne um meio de burlar as filas. Sabemos que o orçamento do Ministério da Saúde, dos Estados e Municípios está bastante comprometido com o cumprimento de liminares e estamos criando uma segunda fila.”

Ainda no segundo dia, os presidentes das Cortes paulista e potiguar, José Renato Nalini e Anderson Silvino de Sousa, respectivamente, firmaram convênio que viabiliza a



José Renato Nalini, Milton Nobre e Ricardo Lewandowski, em seus pronunciamentos



Representantes de Tribunais e do Colégio Permanente de Presidentes reunidos no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça

exige novos métodos e estruturas, como o Cartório do Futuro, iniciativa de vanguarda do Tribunal paulista de que tive a honra de participar em sua inauguração”, afirmou Ricardo Lewandowski. Lembrou-se ainda do mister, a médio e a longo prazos, de as Cortes utilizarem um processo digital unificado e disse que o Processo Judicial Eletrônico (PJe) – desenvolvido pelo CNJ em parceria com tribunais e com participação da Ordem dos Advogados do Brasil – está em revisão, diante da dificuldade de alguns tribunais em implantá-lo. “Nada será decidido sem se ouvir os tribunais interessados.”

Após, seguiram-se as deliberações que resultaram na formação da Carta de São Paulo (página 8),

que, em linhas gerais, sugere aos tribunais adotarem ações de desjudicialização e de combate à corrupção sob qualquer de suas formas, declara a importância de garantir aos Tribunais de Justiça plena autonomia para a implantação do processo judicial eletrônico e manifesta apoio às ações do ministro Ricardo Lewandowski para a alocação de recursos aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).

A 102ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil está prevista para ocorrer em março de 2015, em Belo Horizonte.

**Texto: Maik Rene**

**Fotos: Antônio Carreta e Gedeão Dias**



Gabriel Chalita em palestra no segundo dia do encontro

Estiveram presentes no encontro os presidentes José Carlos Malta Marques (TJAL), Luiz Carlos Gomes dos Santos (TJAP), Maria das Graças Pessoa Figueiredo (TJAM), Eserval Rocha (TJBA), Otávio Augusto Barbosa (representando o presidente do TJDF), Samuel Meira Brasil Junior (representando o presidente do TJES), Ney Teles de Paula (TJGO), Cleonice Silva Freire (TJMA), Paulo da Cunha (presidente eleito do TJMT),

Paschoal Carmello Leandro (TJMS), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (TJPA), Constantino Augusto Guerreiro (presidente eleito do TJPA), Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti (TJPB), Paulo Roberto Vasconcelos (vice-presidente do TJPR e presidente eleito), Leopoldo de Arruda Raposo (1º vice-presidente do TJPE, representando o presidente), Francisco Antônio Paes Landim Filho (vice-presidente do TJPI,

representando o presidente), Aderson Silvino de Sousa (TJRN), José Aquino Flôres de Camargo (TJRS), Tânia Maria Vasconcelos Dias (TJRR), José Antônio Torres Marques (TJSC), Cláudio Dinart Déda Chagas (TJSE) Ângela Maria Ribeiro Prudente (TJTO), Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (TJMG), Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano (TJRJ) e Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (presidente eleito do TJRJ).



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

### **CARTA DE SÃO PAULO**

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido na cidade São Paulo (SP), ao final de seu 101º Encontro, no período de 04 a 06 de dezembro de 2014, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões aprovadas por unanimidade:

01 – Considerar fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional e otimização das atividades fins a adoção, em caráter permanente, de ações que objetivem incentivar a desjudicialização e, de acordo com as Metas Nacionais do Judiciário para 2015, impulsionar o trabalho dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos (CEJUSCs).

02 – Garantir aos Tribunais de Justiça a plena autonomia para a implantação do processo judicial eletrônico, flexibilizando os termos da Resolução 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, notadamente quanto ao seu artigo 44.

03 – Conclamar todos os Tribunais de Justiça a se unirem em um grande esforço nacional de combate à malversação do dinheiro público, dando ênfase aos objetivos da Meta 4 do Judiciário Nacional, ampliando o seu alcance para todos os processos que envolvam a corrupção sob qualquer de suas formas.

04 – Manifestar integral apoio às iniciativas do Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de que sejam alocados recursos orçamentários e humanos aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) previstos na Resolução CNJ 96/2009.

Cidade de São Paulo , 06 de dezembro de 2014



Inovação na gestão de pessoas e de processos de trabalho, na reorganização do espaço físico e promessa de ganhos em produtividade, qualidade, motivação e autoestima dos servidores

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) inaugurou a primeira Unidade de Processamento Judicial (UPJ) do Brasil, conhecida como o “Cartório do Futuro.” A UPJ atende da 41ª a 45ª varas cíveis centrais de São Paulo, localizadas no Fórum João Mendes Júnior. O novo modelo, além de unificar os cartórios dessas unidades judiciais, adota uma nova divisão das tarefas e melhor distribuição dos recursos humanos e do espaço físico.

Há muito, o binômio vara/cartório não sofria alteração substancial. Com a implantação do processo digital houve uma nova perspectiva, pois, com o tempo, os autos em papel desaparecerão e o atendimento ao público diminuirá. Não por acaso foram escolhidas para o projeto-piloto

as 41ª a 45ª varas cíveis, que por serem mais recentes possuem acervos de processos físicos menores (menos de 28% do total).

Para a implantação da UPJ, houve completa remodelação do 14º andar do Fórum João Mendes Jr. Os espaços ocupados por cartórios foram reunidos em um só ambiente, com uma estrutura anexa para atendimento ao público. O ambiente foi pensado para levar aos servidores mais qualidade de vida, motivação e elevar a autoestima. As salas são climatizadas, bem iluminadas, com piso elevado, acabamento e mobiliário novos. Há uma sala para cada um dos dez magistrados e uma segunda para a equipe do gabinete, agora com quatro servidores (um assistente judiciário e três escreventes) e dois estagiários, que se dedicam a

estudos, pesquisas e elaboração de minutas, e permitem ao juiz realizar com mais rapidez e eficiência a tarefa de decidir. As salas de audiências são separadas do gabinete do juiz e foram reduzidas a quatro, e – mais uma novidade – a utilização é compartilhada, com uso de agenda eletrônica que permite conciliação de pautas. Partes e testemunhas são recebidas em uma confortável sala de espera. Com a mudança, a vara praticamente triplica sua estrutura – um gabinete, uma sala de apoio e a sala de audiência (compartilhada). A implantação do novo modelo, ao contrário do que se imagina, reduz em 20% a utilização do espaço.

A unidade centralizada começou suas atividades com 18 mil processos (5 mil físicos e 13 mil digitais). O modelo está dividido em quatro seções: Processamento,

A solenidade de inauguração da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) aconteceu no dia 17/11, no auditório da Corregedoria no Fórum João Mendes Júnior, e contou com as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Enrique Ricardo Lewansowski; do presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel; e do vice-presidente do TJSP, desembargador Eros Piceli.

O juiz assessor e chefe do Gabinete Civil da Presidência, Afonso de Barros Faro Júnior, fez breve apresentação sobre a implementação, funcionamento e benefícios da UPJ. "O Cartório do Futuro não é apenas a aglutinação de cinco ofícios ou uma mudança de salas. É algo muito maior. Trata-se de uma nova gestão de pessoas, de processos de trabalho, de espaço físico, de acervo e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários", afirmou.

O corregedor-geral Elliot Akel, destacou o projeto como um ponto crucial para a valorização da primeira instância. "Atualmente o segundo grau está bem estruturado, tendo cada desembargador seu gabinete, com boa equipe, que lhe permite realizar o trabalho diário em ambiente adequado e ter boa produção. O primeiro grau, no entanto, ainda adota uma antiquada e superada estrutura de trabalho. Com o novo modelo, o juiz também terá em seu gabinete uma equipe para realização de estudos, de pesquisas e de minutas, que permitirão a ele realizar



Descerramento da placa de inauguração

com mais dedicação, rapidez e eficiência sua tarefa de decidir."

O ministro Ricardo Lewandowski destacou o número assustador de processos em andamento no Brasil – mais de 95 milhões (20 milhões na Justiça Estadual paulista). Em sua opinião, são três as soluções para a explosão de litigiosidade: "A informatização, levada a passos largos pelo TJSP; o uso de meios alternativos de solução de conflitos, também bastante difundidos em São Paulo; e a valorização da primeira instância. Por isso, parabenizo o TJSP por

esse avanço, que certamente levará a uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz".

Ao encerrar o evento, o presidente José Renato Nalini agradeceu a todos que colaboraram para que a UPJ fosse uma realidade. Também ressaltou que o TJ de São Paulo está em consonância com as metas do CNJ, especialmente a valorização de servidores e magistrados, que, para ele, são o maior patrimônio da Justiça. "O Tribunal de São Paulo é maior do mundo, mas também queremos que seja o melhor e estamos trabalhando para isso."



Juiz Afonso de Barros Faro Júnior apresenta o projeto

Movimentação (controle de prazos), Atendimento ao Público e Administrativa, esta ligada diretamente ao juiz corregedor permanente. As vantagens do redesenho dos fluxos de trabalho são a especialização das atividades, padronização dos procedimentos e redução de erros.

Para as informações ou providências relativas aos processos

das cinco varas, o advogado ou jurisdicionado tem apenas um local a se dirigir: a Seção de Atendimento. Trata-se de um espaço reservado, preparado para receber o público e distante do local onde trabalham os servidores que cuidam do andamento dos processos, para não atrapalhar a concentração.

Apesar de atender cinco varas, tem apenas um corregedor

permanente, escolhido dentre os dez magistrados: o juiz Marelo do Amaral Perino. Os outros nove magistrados se dedicam, exclusivamente, à tarefa de decidir.

A experiência do Cartório do Futuro, se atestada a eficiência, será replicado no Estado.

**Texto: Dicler Antonio**  
**Fotos: Antônio Carreta**



# A força da juventude

Os novos juízes aprovados no 184º Concurso de Ingresso na Magistratura emanam entusiasmo e esperança durante o Curso de Iniciação Funcional, sem perder de vista a responsabilidade da jurisdição na maior Corte do mundo

**P**oderia ser uma reunião de jovens, um encontro de recém formados, mas o olhar atento percebe que a expressão jovial nas faces sóbrias, o apuro dos trajes e, sobretudo, a inclinação para o diálogo franco e aberto, apenas suavizam a severidade do encargo que 107 novos magistrados assumiram no dia 13 de outubro, quando tomaram posse nos cargos conquistados no 184º Concurso da Magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agora, empossados e investidos inicialmente na função de juízes substitutos, eles estão prontos para integrar a frente formada por um contingente de mais de dois mil magistrados em atuação na esfera do Estado. São eles que irão exercer a função de julgar à luz do sistema

jurídico, sem perder de vista a função social do cargo, qual seja, garantir o equilíbrio das relações e a paz social da maneira mais duradoura possível, atribuindo a cada um a tutela dos bens jurídicos conquistados.

Diante de uma formidável massa de 25 milhões de processos à espera de solução, a palavra de ordem, de acordo com o presidente do Tribunal de Justiça bandeirante, desembargador José Renato Nalini, é produtividade: "Além desta meta, afirmam-se como valores no exercício da judicatura a economia na fundamentação da sentença, a cordialidade e o destemor de julgar, sem perder de vista o investimento no projeto conciliatório", afirmou o chefe do Judiciário paulista no início do curso.

Entretanto, eles são jovens (na

faixa entre 25 e 35 anos), e um dos atributos da juventude, ao qual se alia o destemor, é a esperança, projetada no futuro.

Na aula inaugural do 'Curso de Iniciação Funcional', que aconteceu no dia 14 de outubro, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel, falou dos aspectos institucionais da atividade correcional e propostas de conduta para os juízes. Ressaltou o dever de assiduidade, a importância da simplicidade e economia na utilização da linguagem jurídica no cotidiano das varas judiciais, e a cordialidade e o diálogo, que devem imperar na interação com os colegas, advogados, promotores, funcionários e jurisdicionados. "Não estamos em busca de



Aline Tabuchi da Silva



Luciano de Moura Cruz

doutrinadores, mas de juízes que deem resposta à sociedade. O Direito bom é aquele que é demonstrado com poucas palavras.”

O vice-presidente do TJSP, desembargador Eros Piceli, enfatizou a importância da autoestima e do diálogo: “É uma honra ser juiz. Não receiem o diálogo nem tenham medo da conversa com os advogados e com as partes”.

Os 107 escolhidos distinguem-se de sua geração por não terem podido entregar-se aos impulsos da juventude. Afinal, a condição para a conquista do cargo de juiz, numa acirrada disputa entre 13 mil concorrentes, foi certamente uma vida de extenuantes estudos continuados,

aos quais tiveram que aplicar toda a concentração e energia disponíveis.

O diretor da Escola Paulista de Magistratura (EPM), desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha, falou nas palestras iniciais do Curso de Iniciação Funcional das angústias e aflições dos postulantes, antecedentes aos exames do concurso.

“A EPM só faz sentido sendo a casa de vocês. O curso tentará acrescentar a prática a tudo que estudaram e sabem de teoria do Direito. Foram meses e meses de estudos, permeados por vários momentos de angústias, ansiedades e medos, que não afastaram a vontade inabalável de se tornarem juízes.”

Entre o contingente de 31 novas juízas,

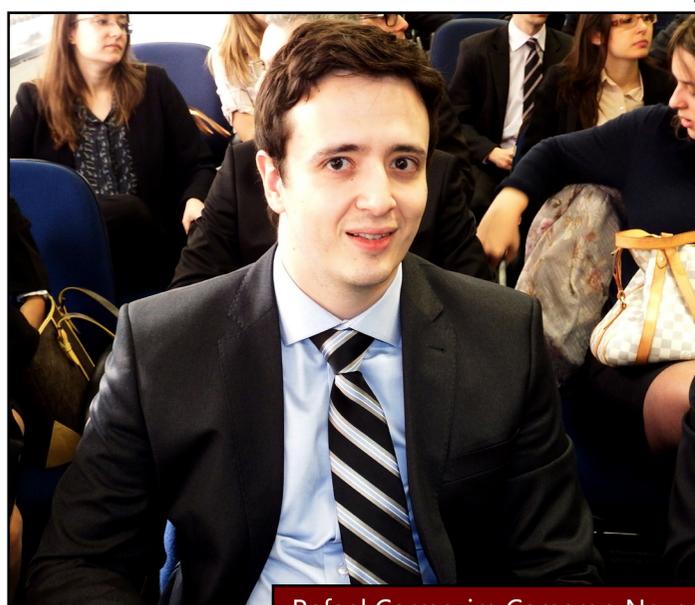
Aline Tabuchi da Silva, designada para a Circunscrição Judiciária de Marília, falou da dedicação e da rotina de estudos desse período: “Foram exatos três anos, oito meses e oito dias até a data da prova oral, marcados pela renúncia a festas e prejuízo da convivência familiar e com os

amigos, em que procurei conciliar a atividade de advogada e juíza leiga do Paraná com os estudos e as demais atividades cotidianas; tudo bem intenso e cansativo.”

A mesma disposição para aquisição do amplo conhecimento das disciplinas do Direito e conquista do cargo foi revelada por Luciano de Moura Cruz, designado para Bauru. Como um recado aos que almejam os severos desígnios da função judicante, ele asseverou que não é tanto a inteligência, mas a disciplina, a dedicação e a vontade de buscar um ideal que fazem a diferença. “Levei oito anos para conquistar o cargo, mas acredito que tudo vem no seu tempo. A vantagem é que, agora, estou mais preparado e maduro”.

Sobre a dimensão da responsabilidade do juiz, Moura Cruz ponderou ser fundamental entender o Direito como uma ferramenta para ajudar a dar uma boa decisão. Contudo, afirmou que a parte mais complexa é preservar a firmeza de princípios, conhecer bem as pessoas e a dinâmica da sociedade, saber o que elas querem e esperam do juiz, dando-lhes uma resposta satisfatória.

“Vejo um propósito muito claro de adaptação à nova função. São todos bastante dedicados, especialmente interessados na preparação prática para a



Rafael Carmezim Camargo Neves



Ricardo Augusto Galvão de Souza



Taiana Horta de Pádua Prado

judicatura em uma nova linguagem e cultura no trato dos processos proposta pelo Tribunal, que tem se revelado bastante familiar para eles, o que representa um grande ganho para o Judiciário”, afirmou Claudio Luiz Bueno de Godoy, juiz coordenador do curso e da Área de Iniciação Funcional da EPM.

Os magistrados entrevistados elogiaram a organização do curso e a sensibilidade dos magistrados formadores para os problemas que mais afligem os iniciantes na carreira. Entre outros conteúdos do treinamento, destacaram as palestras ministradas pelos juízes assessores da Presidência para a Área da Tecnologia da Informação (TI), responsáveis pela implantação do processamento digital, o sistema eletrônico que vai fazer com que trabalhem com melhor

qualidade, eficiência e celeridade na entrega da prestação jurisdicional. Prestigiaram, também, os ensinamentos da Corregedoria, não só quanto à função e formas de conduta no cotidiano da prestação jurisdicional, mas também quanto à atuação administrativa.

Rafael Carmezim Camargo Neves, designado para a Comarca de Casa Branca, ressaltou a importância do intercâmbio de experiências e da orientação correcional. “O diálogo com juízes mais antigos e experientes e com os últimos aprovados no concurso faz com que a gente tenha uma noção aprimorada do que vamos enfrentar. Agradeço muito saber do empenho no treinamento, tanto do TJSP quanto do CNJ, e da disposição e vontade dos nossos colegas de transmitir

conhecimento. Isso é contagiante e reforça a certeza de que fizemos a escolha certa. O ideal nos mantém famintos de Justiça, e isso é um traço comum ao ofício do magistrado”.

Ricardo Augusto Galvão de Souza, designado para Itapetininga, falou do aprendizado da responsabilidade administrativa do magistrado e da atuação correcional, recebido dos juízes assessores da Corregedoria. “Nossos interlocutores são bastante receptivos, tratam-nos muito bem, superando as expectativas. Está sendo muito proveitoso, pois são muitas informações, inclusive aquelas afetas à função social do juiz, como a correição dos ofícios de justiça, dos cartórios extrajudiciais e dos presídios.”

Taiana Horta de Pádua Prado, designada para Franca, externou seu idealismo e a crença de que pode fazer a diferença com atuação criativa, inclusive com uso da tecnologia da informação. “Tenho uma ideia do tamanho da responsabilidade, mas ainda estou sonhando um pouco. De todo modo, preservo o idealismo, somado à experiência do que passamos até aqui e do que podemos contribuir para a sociedade. Uma decisão que eu der com consciência pode modificá-la e melhorá-la, trazendo a tranquilidade social.”

Bem-vindos!



Fernando Antonio Maia da Cunha e Claudio Luiz Bueno de Godoy

**Texto: Erorci Santana**  
**Fotos: Ricardo Lou e Erorci Santana**

# Trabalho em conjunto

## Vice-Presidência do TJSP empreende gestão com foco no auxílio à Presidência e à Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Eros Piceli, endossa, em sua gestão, o que costumam afirmar o presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel: a atual composição do Conselho Superior da Magistratura trabalha de forma coesa. “Procuramos o auxílio mútuo em nossos projetos”, atesta Eros Piceli.

Segundo o vice-presidente, a atual gestão trouxe tranquilidade para o TJSP. “Foi estabelecido um ambiente de cordialidade. O presidente Nalini conversa e ouve os membros do Conselho Superior da Magistratura, buscando sempre o consenso.”

A Vice-Presidência comanda os trabalhos realizados pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça, composta por integrantes da cúpula do Tribunal e magistrados substitutos de segundo grau, que se detêm sobre questões ligadas à Infância e Juventude, como disponibilização de medicamentos, vagas escolares, guarda e adoção, entre outros. “Os processos estão com a tramitação em dia, pois não podemos permitir atrasos nestes assuntos”, explica Eros Piceli. A Câmara Especial também fixou, em súmulas, orientações relacionadas a conflitos de competência – quando juízes se dizem ambos competentes ou ambos não competentes para apreciar determinada matéria.

Também faz parte das atividades da Vice-Presidência, a coordenação do Núcleo de Planejamento Estratégico e a participação na Comissão de Assuntos Administrativos, que atua na aplicação das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) junto às inúmeras Secretarias do Tribunal.

A gestão de Eros Piceli está trabalhando em um projeto, em parceria com a Presidência, a Corregedoria e o Ministério Público, para que se crie um fundo recebedor dos valores referentes às multas aplicadas pelo Tribunal para custear a realização de perícias em processos que julgam ações interpostas pelo Ministério Público. Atualmente, nesses casos, os peritos são contratados com a condição de receberem o pagamento ao final do processo, custeado pela parte que perdeu a causa. Porém, há perícias que demandam custos altos e imediatos com máquinas, equipamentos, exames laboratoriais, e, por essa razão, há dificuldades em encontrar peritos que aceitem essa forma de pagamento. Citem-se, por exemplo, as perícias em ações públicas relacionadas ao meio ambiente. Muitos processos ficam parados, aguardando solução desse entrave.

No início da gestão, Eros Piceli colocouse à disposição do presidente Nalini para ser interlocutor do TJSP junto ao CNJ. “O relacionamento entre o TJSP e o CNJ melhorou muito. Existe um clima de colaboração”, afirma. Em novembro, o presidente, o vice-presidente e o corregedor participaram do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, quando foram votadas e estabelecidas as metas nacionais do Judiciário para 2015.

“Temos esperança em alcançar um Judiciário melhor, que atenda aos anseios da sociedade e seja produtivo e célere, mesmo com escassez de recursos.”

**Texto: Dicler Antonio**  
**Foto: Antônio Carreta**

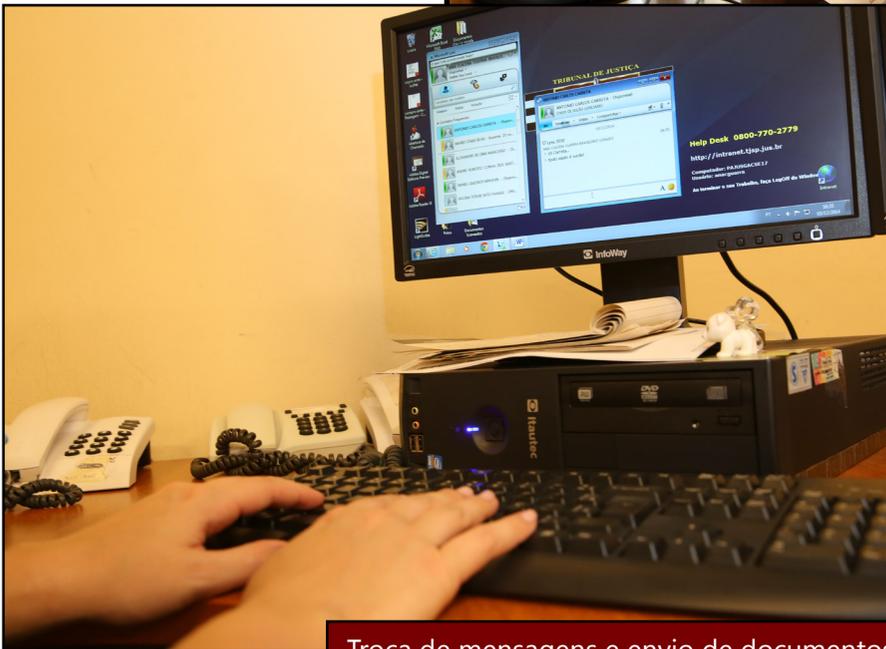
**Eros Piceli, vice-presidente do TJSP**





# MSLync

## Os benefícios da comunicação instantânea



Troca de mensagens e envio de documentos

Superar distâncias. Economizar recursos. Ganhar tempo e eficiência. Esses são objetivos que a Administração do Tribunal de Justiça de São Paulo busca diuturnamente. O desafio é grande: a missão da Corte é distribuir Justiça para o Estado mais populoso da Federação, com 44 milhões de habitantes e, para tanto, o Judiciário paulista conta com unidades em aproximadamente 2/3 dos municípios, cerca de 2.500 juízes e 45 mil funcionários.

A tecnologia da informação é uma importante aliada nesse trabalho. Já existe o processo digital, o Diário da Justiça Eletrônico, o uso de e-mail para comunicações oficiais e, mais recentemente, o TJSP disponibilizou uma ferramenta de

mensagem instantânea: o MSLync. "A Justiça do futuro, a Justiça do Século 21, terá que ser uma Justiça virtual, informatizada. É um caminho irreversível que vamos continuar a trilhar e explorar todos os filões que pode nos oferecer", disse o presidente da instituição, desembargador José Renato Nalini.

O programa foi disponibilizado a 20 mil pessoas (entre magistrados e servidores). Com o Lync instalado no computador, o usuário cria sua lista de contatos, consegue visualizar quem está online e pode trocar mensagens instantâneas em substituição ao e-mail, até mesmo com envio de documentos. O sistema permite gravar e arquivar as conversas e minimiza a utilização do espaço da caixa postal.

Outra funcionalidade mais avançada, em fase de experiência nas áreas administrativas, é a videoconferência – chamadas de voz e vídeo. Em agosto, o presidente utilizou o sistema para uma reunião com os dez juízes diretores das Regiões Administrativas Judiciárias. Conversou por 40 minutos com os magistrados para trocar informações sobre projetos e parcerias em andamento nas comarcas, produtividade das unidades judiciais, construções e reformas de prédios, entre outros assuntos de interesse da Administração da Corte. Sem o Lync, o Tribunal teria que arcar com os custos das viagens, além do tempo de deslocamento.

"O Estado de São Paulo é maior do que o território da França ou Portugal. O deslocamento dos magistrados para comparecerem à sede do Tribunal está se tornando cada vez mais dificultoso, porque o trânsito é um fator de desgaste. É também uma locomoção dispendiosa. Quando podemos nos servir de uma funcionalidade que nos permite conversar de imediato com várias pessoas, no caso os diretores das RAJs, isso facilita muito o contato, sem a necessidade de locomoção. Ganhamos tempo e economizamos. Esse é um passo importante rumo à eficiência", destacou o presidente.

**Texto: Cecília Abbati**

**Fotos: Antônio Carreta e Gedeão Dias**

**“Porque o direito de todos  
é o coração do Direito”  
(Paulo Bomfim)**

# 8 de dezembro Dia da Justiça

## Anjos da guarda em apoio aos servidores

### Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (CAPS) atua para estreitar a comunicação entre a Presidência e seus mais de 45 mil servidores

**S**ediados no 13º andar do Fórum João Mendes Júnior, um grupo dedicado de funcionários tem a função de prestar apoio aos servidores do Judiciário nas mais diversas demandas. Criada pelo presidente da Corte, desembargador José Renato Nalini, a **Coordenadoria de Apoio aos Servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (CAPS)** é um canal efetivo e prático de comunicação entre os funcionários e a Administração do Tribunal. Vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência e

sob a coordenação de Cláudia Braccio Franco Martins – que é secretária da Presidência do TJSP –, a CAPS tira dúvidas sobre pedidos de transferência, auxilia nas solicitações de instalação de equipamentos em prédios da Capital e do Interior, recebe sugestões, questionamentos e, principalmente, reclamações sobre assédio moral no ambiente de trabalho.

“A CAPS é um setor especializado em atendimento ao funcionário. O servidor pode contar com o nosso apoio, durante todo o ano. Todos

são tratados de forma igual e sempre têm uma resposta em relação ao seu contato conosco, ainda que negativa”, afirma Patrícia de Rosa Pucci, supervisora do setor. Desde sua criação, é possível diagnosticar com maior celeridade eventuais problemas, tanto de caráter funcional quanto estrutural, buscando junto às Secretarias competentes soluções para saná-los.

Até o mês de novembro, a CAPS respondeu cerca de 11 mil mensagens de funcionários. Desse total, 3.363 foram enviadas pelo



*Sávio Ibrahim  
Viana, Raquel  
Rosa Paes, Luis  
Gustavo Molini  
Razera, Patrícia  
De Rosa Pucci,  
Patrícia Ferreira  
dos Santos,  
Eni Nogueira e  
Maria Alexandra  
Silva Rizzo*

'Canal Direto com o Presidente' – o desembargador José Renato Nalini responde pessoalmente a todos os questionamentos, com apoio da CAPS – e as demais, por intermédio dos endereços de e-mail e telefone da unidade. 151 funcionários foram atendidos pessoalmente, nas dependências da CAPS.

As demandas mais comuns são referentes a assédio moral, alteração do posto de trabalho, solicitação de equipamentos de informática, infraestrutura predial e questões referentes ao setor de Recursos Humanos. No entanto, chegam diariamente à coordenadoria sugestões, dúvidas e reclamações sobre os mais variados temas,

como a segurança em torno dos fóruns, extensão de ambulatórios médicos nas regiões administrativas e problemas financeiros. Em alguns casos, o setor encaminha o servidor para a Fundação da Fraternidade Judiciária – fundação sem fins lucrativos, criada em 1988, vinculada ao TJSP, que oferece orientação jurídica, financeira e psicológica.

A apuração prévia de eventual cometimento de assédio moral tramita em absoluto sigilo. São realizadas oitivas de caráter informal com o objetivo de conciliação. São ouvidos o denunciante, testemunhas e o denunciado. "Tentamos apurar as arestas e fazer com que o ambiente funcional torne-se mais saudável e proveitoso para todos", diz Patrícia Pucci. O desembargador Antônio Carlos Malheiros está à frente das oitivas realizadas na CAPS. Caso não se obtenha uma solução consensual, a questão é encaminhada para a Comissão Processante Permanente, para o juiz corregedor da vara onde se apura o fato ou para a Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que se formalize o procedimento administrativo. Os atos já apurados por qualquer órgão do TJSP não podem ser objeto de reapreciação. Até novembro, foram abertos 149 expedientes de averiguações de indícios de assédio moral, e destes, 14 foram encaminhados à Corregedoria e um para a Comissão Processante Permanente.

O setor auxilia, ainda, em conjunto com a Escola Judicial dos Servidores (EJUS), no planejamento e organização de todas as palestras realizadas pela Presidência, desde a divulgação e inscrição de funcionários – nas modalidades presencial e ensino a distância – bem como no acompanhamento das transmissões e apoio durante

as apresentações. Segundo Patrícia Pucci, os temas escolhidos têm relação direta com as demandas identificadas nas reclamações dos servidores, como por exemplo, gestão de pessoas, orientação financeira e equilíbrio emocional.

Faz parte da CAPS o Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juízes Substitutos de Segundo Grau (GRUGADE), criado pela Portaria nº 9.050/2014 a fim de suprir os afastamentos de servidores em razão de licença saúde ou licença gestante. O grupo é composto por sete servidores vinculados à CAPS. O período de permanência em um gabinete não pode exceder 90 dias.

Cabe também à Coordenadoria elaborar ofícios para autorizar ou excluir funcionários que trabalham em mutirões realizados junto à Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça de São Paulo (Depre), ao Departamento de Execuções Criminais (Decrim) e ao Setor de Execuções contra a Fazenda Pública, bem como organizar os dados estatísticos dos resultados obtidos nesses mutirões.

Patrícia Pucci, supervisora da equipe de 'anjos da guarda', revela sua satisfação ao executar o trabalho: "Nosso contato é direto com os funcionários, o que faz com que eles se sintam mais seguros em nos procurar. Ouvimos suas dúvidas e queixas e buscamos os melhores caminhos para efetivamente solucioná-las e não somente fazer promessas. É muito gratificante trabalhar aqui, pois conseguimos ajudar os servidores que nos procuram e, assim, temos a certeza do dever cumprido."

**Texto: Dicler Antonio  
Foto: Antônio Carreta**

A CAPS está instalada na sala 1310, no 13º andar do Fórum João Mendes Júnior e atende das 9 às 19 horas. Acesse também via telefones (11) 2171-6438 e 2171-6456; e-mails caps@tjsp.jus.br e caps1@tjsp.jus.br ou pelo 'Canal Direto com o Presidente', no ícone disponível na intranet do Tribunal

# Palácio da Justiça é palco de júris simulados com alunos de Direito

**Objetivo é contextualizar o aluno no cotidiano da atividade jurídica e ajudá-lo a desenvolver habilidades baseadas no conhecimento que já tem da vida acadêmica**

**R**oupas de época, representação teatral e todas as formalidades de um Tribunal do Júri. A cada semana, estudantes do curso de Direito repetem esse ritual no Salão do Júri do Palácio da Justiça. São júris simulados de casos conhecidos, que marcaram a história, e que representam uma experiência muito

próxima ao que, de fato, é uma sessão de julgamento real.

As faculdades preparam os alunos para desempenharem as funções de juiz, promotor, assistente de acusação, advogados, réu, testemunhas, jurados e oficiais de justiça. O papel do professor é o de coordenar a

prática, delimitando o tempo para cada grupo defender sua tese.

Em outubro, três faculdades participaram da atividade. A Universidade Cruzeiro do Sul trouxe 40 alunos para a simulação. No estudo, a composição de um caso real e marcante que aconteceu no ano de 2000, na cidade do Rio de



Simulações de júri atraem sempre grande plateia de universitários

Janeiro. O ônibus da linha 174 foi sequestrado por Sandro Barbosa do Nascimento, um dos sobreviventes da chacina da Candelária. A ação durou mais de cinco horas e uma refém morreu. O acusado foi morto por asfixia na viatura policial. Assim como nos filmes, o ponto culminante do julgamento foi o debate entre a acusação, a cargo do promotor, e a defesa, feita pelo advogado do réu. Como precisavam convencer pessoas comuns de suas versões do fato, fizeram um discurso com forte apelo emocional. O Conselho de Sentença, formado por sete alunos, julgou os quesitos formulados pelo juiz sobre a materialidade do fato, autoria ou participação, e absolvição e, por maioria de votos, absolveu o réu.

A professora de Direito Penal, Processo Penal e Prática Penal dos 150 alunos presentes (40 do curso de Direito), Rosa Maria Neves Abade, explicou que a experiência trouxe um grande aprendizado para a vivência do Direito.

“Envolve lições de oratória, postura, desinibição e a prática do procedimento especial do júri”, disse.

Apesar de não ser obrigatória, a prática é muito utilizada pelos cursos de Direito e, na maioria das vezes, serve como forma de avaliação dos alunos. “Costumamos realizar o júri para substituir as provas avaliativas em disciplinas como Direito Penal ou Direito Processual Penal. Cada aluno é analisado de acordo com o seu desempenho na atividade. E eles se saem muito bem, é um ótimo exercício para aprender o contexto do cotidiano jurídico”, concluiu a orientadora.

Alunos do Instituto Superior de Ensino de Itapira e das Faculdades Integradas Campos Salles também participaram de júris simulados. O primeiro, com a simulação do julgamento de um crime ocorrido no interior paulista, em que um homem foi denunciado por matar sua esposa com quatro tiros na frente das filhas. Por maioria de

votos, foi absolvido. De acordo com a coordenadora do curso e orientadora da atividade, Denise de Souza Ribeiro, foi uma grande satisfação observar a evolução dos alunos antes e durante a realização do trabalho. “Cada grupo tinha uma função especial e os alunos deveriam questionar de acordo com os conhecimentos obtidos nas disciplinas. As argumentações criadas, sempre com base nas disciplinas que ministramos, demonstram que os alunos absorveram bem os conhecimentos repassados.”

Os alunos da Campos Salles não fizeram diferente. Aproveitaram a atividade para testar a oratória e dar vida aos personagens do processo de um crime de época muito conhecido. O Crime da Mala aconteceu em 1928, quando o imigrante italiano Guisepppe Pistone assassinou sua esposa Maria Fea e ocultou o corpo em uma mala. Ele foi julgado em 1944 e condenado a 20 anos de reclusão, mas em 1948,

sua pena foi considerada cumprida.

A condução da atividade foi feita pelo coordenador do curso de Direito, Leonardo Pires Merino, que aprovou a simulação reforçando que se trata de um método de aprendizado dinâmico, que trabalha as dificuldades da Língua Portuguesa e disciplinas do Direito auxiliando de maneira lúdica a melhor compreensão da teoria. “Por meio dessa ferramenta, eles desenvolvem, a pesquisa e a oratória. A experiência cativa nos alunos a aquisição de conhecimento, alimentando seus sonhos e realizações”, concluiu.

Os júris simulados no Palácio são organizados pela Diretoria de Relações Institucionais do Tribunal de Justiça. As faculdades interessadas podem entrar em contato pelo telefone (11) 3112 - 1246.

**Texto: Ana Claudia Genaro**  
**Fotos: Daniel Gaiciner**



Representações teatrais são a marca dos júris simulados

No último dia 10, a atividade também foi desenvolvida pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Dessa vez, fundada na grande obra de Machado de Assis, Dom Casmurro. Escrito há mais de um século, o livro, que ainda hoje instiga debates e diferentes interpretações, foi objeto de análise por alunos do quarto ano da faculdade. Sob a coordenação do juiz da 15ª Vara Criminal Central e professor Marcos Alexandre Coelho Zilli, eles desenvolveram um interessante enredo sobre a história de amor de Bentinho e Capitu, que tomou o palco do Salão Nobre da faculdade.

“A ideia partiu da tentativa de aproximar Direito, literatura e história. Com base nessa premissa, os alunos trabalharam a possibilidade de Bentinho ter sido o autor do crime ou de Capitu ter cometido suicídio”, esclareceu Zilli.

Os alunos analisaram a obra e as

turmas foram divididas em setores distintos. Dois professores foram convidados a testemunhar, um de literatura e um de medicina legal. “É uma experiência que transcende o plano teórico e os coloca em uma perspectiva muito prática. Como o caso é literário, eles elaboraram jornais da época e divulgaram o caso. Os que trabalharam como serventuários da Justiça, fizeram experiência em sessões plenárias do Tribunal do Júri. Todos

os envolvidos foram avaliados individualmente e dispensados da primeira prova”, concluiu.

Depois de sete horas de julgamento, os alunos, por maioria de votos, afastaram a autoria e criaram um estado de dúvida quanto ao suicídio de Capitu. Isso porque o laudo necroscópico concluiu pela presença de ácido arsênico, substância muito utilizada em tranquilizantes.

O réu foi absolvido.



## Iguape: fórum revitalizado

O juiz diretor do fórum da Comarca de Iguape, José Marques de Lacerda, esteve à frente da revitalização da (hoje) belíssima sede do Judiciário local. Em suas palavras, ele conta como foi a experiência



A primeira vez que vi o prédio do fórum de Iguape, quando vim para conhecer a comarca por ocasião da minha promoção ao cargo de juiz, a impressão (visual) que tive não foi das melhores.

Ao assumir a diretoria do fórum e passando a conhecer melhor as instalações, percebi que se tratava de um prédio histórico e muito bonito em sua arquitetura que, porém, não recebia manutenção na parte externa há muitos anos. Entre várias conversas a respeito, uma das melhores expressões que ouvi e que resumia o aspecto em que se encontravam as instalações foi de que o local era “meio fúnebre”.

Começamos, junto com a Administração local, a cogitar uma melhora no aspecto, a fim de tornar o ambiente mais agradável



Frente do fórum antes da revitalização

e também mostrar à população da comarca que o Poder Judiciário “estava presente”, pois do jeito que se encontravam as instalações parecia que queríamos nos esconder.

Quando começamos os trabalhos e a “limpar” o visual do fórum, evidenciou-se quão bela era a arquitetura do prédio, o que despertou naqueles que passavam pelo local um novo olhar para as instalações do Judiciário. Alguns comentários que nos chegaram ao conhecimento: “nem sabia que existia esse prédio aqui” (moradora da cidade), “agora sim, dá gosto vir ao fórum” (advogado militante na comarca), entre outros.

Essa é a maior recompensa da revitalização, saber que o ambiente melhorou para todos, em especial para os servidores, população e todos aqueles que frequentam o ambiente forense, tornando-se um local agradável, a despeito de ser um centro de litígios.

Sinto-me feliz por ter participado dessa conquista, pois não queria simplesmente “passar” pela comarca sem fazer algo para melhorar as condições do fórum local.

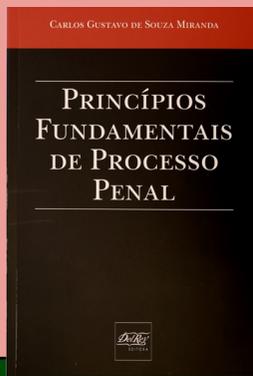
E digo “participado” porque, na verdade, o maior mérito dessa revitalização é de uma servidora exemplar, incansável no trabalho e desejosa de realizar melhorias, que foi quem batalhou para tornar isso possível. Costumo dizer em minhas conversas que o “meu trabalho” foi autorizar ela trabalhar, portanto, noventa por cento do sucesso se deve a **Neiva Aparecida de Lara Oliveira**, a quem agradeço a dedicação e a competência na administração do fórum.

Mas também não seria possível a revitalização sem a cooperação do Poder Público local. A Comarca é composta de dois municípios (Iguape e Ilha Comprida). Nessa empreitada, contamos com o enorme apoio do município de Ilha Comprida, que disponibilizou a mão de obra para a pintura e nos brindou com o novo jardim. Agradeço o prefeito Décio Ventura.

Agora a Comarca de Iguape tem um prédio à altura de seu centro histórico (tombado), mais condizente com toda a arquitetura central da cidade, sendo, segundo palavras de uma conhecida, um prédio suntuoso e admirável.

Texto: José Marques de Lacerda  
Fotos: Administração (Iguape)

A revista **Justiça SP** conta agora com a publicação da coluna **Leitura Jurídica**. Nela, são divulgadas obras recém publicadas por magistrados do TJSP, ligadas ao mundo do Direito.

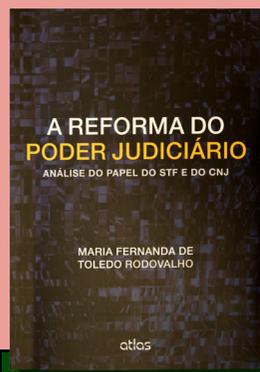


*Carlos Gustavo de Souza Miranda*

## **Princípios Fundamentais do Processo Penal (Editora Del Rey)**

A obra se inicia com a diferenciação entre regras e princípios para depois estudar os princípios basilares do Processo Penal: do devido processo legal; do devido processo penal; da plenitude de defesa; do contraditório; do estado de inocência ou de não culpabilidade; da não autoincriminação; da igualdade; do dispositivo; da verdade; dos poderes instrutórios do magistrado, do juiz natural, do promotor natural; da duração razoável do processo; da aplicação imediata da norma processual penal e o da publicidade. Com o estudo dos princípios, acredita o autor, é possível fomentar a reflexão acerca do sentido e alcance do Direito Processual Penal a que ou a quem esse direito serve.

**Carlos Gustavo de Souza Miranda é juiz da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Birigui**



*Maria Fernanda de Toledo Rodovalho*

## **A Reforma do Poder Judiciário – Análise do papel do STF e do CNJ (Editora Atlas)**

A análise da reforma do Poder Judiciário não se fez por um viés puramente jurídico e abarcou a repercussão das mudanças dentro do contexto da reforma do Estado e da Administração Pública, abrindo caminho para uma investigação mais aprofundada da relação entre os tribunais e o CNJ. Essa relação, que está a se definir ainda hoje, é essencial para que se compreenda a Democracia brasileira. O livro tem como propósito analisar a reforma do Poder Judiciário a partir da EC 45/04, mais especificamente no que se refere à convivência dos critérios de eficiência e justiça e no quanto essa convivência é crucial na redefinição ainda incompleta das relações do Judiciário com a sociedade.

**Maria Fernanda de Toledo Rodovalho é juíza titular II da 12ª Vara da Fazenda Pública e atua como juíza assessora da Presidência do TJSP**



*Roberto Grassi Neto*

## **Segurança Alimentar – Da produção agrária à proteção do consumidor (Editora Saraiva)**

Tema dos mais atuais e polêmicos, o autor analisa a questão alimentar, abordando tanto a perspectiva dos produtores agrários, quanto as óticas de proteção ao consumidor e de tutela do meio ambiente; isso, sem deixar de considerar discussões polêmicas como as concernentes à eventual existência de correlação entre a situação de insegurança alimentar e a produção de biocombustíveis, ou a preservação das florestas. Após distinguir as estruturas administrativas regulatórias da segurança alimentar, o autor discorre sobre os princípios jurídicos incidentes, com aprofundamento naqueles da precaução e da prevenção; da transparência e da informação, ou da rastreabilidade. Aborda, ainda, a questão da responsabilidade civil no âmbito dos alimentos, e efetua uma série de propostas inovadoras para o setor.

**Roberto Grassi Neto é desembargador do TJSP, preside o 4º Grupo de Câmaras e integra a 8ª Câmara Criminal**

# Eles estão pacificando a sociedade



**Os conciliadores e mediadores que atuam nos centros de mediação realizam um trabalho que está mudando a forma de atuação da Justiça. Mas quem são esses profissionais?**

A mediação é uma forma de solução de conflitos conduzida por uma terceira pessoa, uma facilitadora, que não está envolvida com o processo judicial. O conciliador não deve tomar decisões pelas partes, mas sim levá-las a dialogarem e chegarem a um acordo por elas mesmas. Segundo o desembargador José Roberto Neves Amorim, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça de São Paulo, “a conciliação ou mediação faz com que as decisões judiciais não sejam impostas e sim encontradas entre as partes, que ficam muito mais satisfeitas com o resultado, já que a interferência do Estado sempre torna mais dura a decisão do



**“Venho para o trabalho sempre bem humorada. Ao iniciar uma sessão, foco-me totalmente naquele momento” (Silvana Dias)**

litígio, pois é impessoal”. A pacificação social, proposta pela mediação e conciliação, segundo ele, proporciona mais harmonia à sociedade.

Atualmente, são cerca de 2 mil os conciliadores cadastrados no Nupemec. Eles prestam serviço voluntário, de extrema relevância para o Poder Judiciário, sem ajuda de custo. São profissionais qualificados e treinados por instituições reconhecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e auxiliam as pessoas que buscam os centros de mediação na solução de suas demandas, por meio de acordos.

Muitos desses profissionais atuam com mediação há mais de 10 anos,

pois se iniciaram ainda nos Juizados Especiais de Pequenas Causas, antes que a Resolução nº 125/10 do CNJ disciplinasse as políticas de atuação da mediação e conciliação. E o número de pessoas que ingressam nessa atividade só cresce. Silvana Dias é uma das conciliadoras “novatas”, que iniciou no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em 2013. Ela está empolgada com a experiência e explicou por que se interessou pela atividade: “Na faculdade de Direito, aprendemos apenas a litigar e a focar na defesa do cliente. Na prática advocatícia, isso não estava fazendo bem para mim. Lidava com processos que continham

histórias de 'dor e tristeza' entre as partes e via que meu trabalho não auxiliava a mitigar o sofrimento, mas apenas a defender um lado da história. Quando soube do curso de mediação, em 2012, me interessei muito".

Helena Tannus, advogada e conciliadora com experiência de 11 anos, conta que, antigamente, o seu estilo de advogar era 'belicoso'. "Eu brigava pelo cliente e com o cliente, com juízes e com promotores. Adquiri um nível de estresse que me impedia de trabalhar adequadamente. Após um período de férias, conheci o Juizado Especial de Pequenas Causas e a conciliação, no fórum de Pinheiros. Envolvi-me com o 'clima' da conciliação, onde o litígio é visto de forma mais racional e menos belicosa."

Isidoro Bueno, conciliador que também possui mais de 10

anos de experiência, lembra que decidiu trabalhar com conciliação pois percebia que os processos demoravam muito a se concluir, quando começou a atuar na Advocacia. "O cliente reclama com o advogado que o processo dele não anda e isso gera muitos constrangimentos. O litígio processual não é o meio mais prático para se resolver as desavenças entre as pessoas. A conciliação é boa não somente para as partes, mas também para os advogados, pois se ficam com um processo por dez anos sem solução, perdem muito tempo, quando poderiam estar trabalhando em outras ações, e fora o fato de aguardarem muito até receberem o pagamento que lhes cabe."

Para Silvana Dias, a atuação como conciliadora é gratificante: "Venho para o trabalho sempre bem-humorada. Ao iniciar uma sessão,

foco-me totalmente nas partes, para ouvi-las e me dedicar àquele momento. Ao ir embora, sinto-me realizada, com a sensação do dever cumprido. É um trabalho voluntário que traz uma emoção que o dinheiro não paga. Contribuir para a melhoria da vida das pessoas". Helena Tannus recorda que, no início, misturava sua rotina profissional como advogada com a atuação como conciliadora. "Hoje, com a experiência adquirida, tenho um dia na semana para atuar como conciliadora e, nesse dia, me concentro na função. Existem dias em que as sessões são harmoniosas, quando as partes estão interessadas em chegar a um acordo e encerrar os litígios. Mas, há dias em que as partes estão 'prontas para a guerra' e o conciliador tem duas opções a seguir: ou se integra na intensidade com que a sessão se desenvolve, ou se aparta e, como se circulasse ao redor, trabalha para amoldar a sessão para que chegue a bons resultados. O conciliador tem que captar com sua sensibilidade o que está acontecendo e tentar gerenciar a sessão."

Num dia normal de trabalho, ao chegar ao Cejusc, Isidoro Bueno verifica no setor de triagem quais os casos que foram separados para que ele atenda. Dirige-se à sala onde as sessões se darão e começa a atender os litigantes. "Recebo as pessoas de forma que se sintam o mais à vontade possível. Apresento-me e informo que não sou magistrado e, portanto, não tenho poder nenhum de decisão. Explico os métodos da conciliação e que ela não é obrigatória. Por fim, ouço o que têm a dizer. Ouvir é fundamental." Caso a conciliação trate de um processo já instaurado, o conciliador tem acesso a ele. Quando o litígio ainda está numa fase pré-processual, o conciliador informa-se diretamente com as partes.

Silvana Dias diz que costuma receber as partes com um sorriso, dando as boas-vindas. "Elas chegam aqui 'fechadas', reticentes e, diante da boa acolhida, se desarmam e retribuem o sorriso e



**"O resgate da pacificação, em uma sociedade ainda em construção como a nossa, só pode dar bons resultados" (Helena Tannus)**

o cumprimento. Quando as técnicas de mediação são aplicadas, aliadas à experiência e sensibilidade do conciliador, possibilitam que a comunicação entre as partes se dê e, dessa forma, o diálogo ocorre e as pessoas, que entraram ali sem nenhuma possibilidade de acordo, pois nem sequer falavam-se, saem da sessão conversando entre si. Elas saem leves, como se tivessem retirado um peso das costas. Isso é muito importante.”

Segundo Helena Tannus, os advogados, quando presentes, são peças importantes no momento da conciliação pois, quando entendem o objetivo de uma sessão de conciliação e se envolvem no processo, tudo flui melhor. “Houve um caso em que uma advogada, por repetidas vezes, falou: ‘Eu procurei pela empresa e seus diretores e em nenhum momento fui atendida’. Ora, na sua frente, na sessão, estavam os diretores da empresa. Como havia se fechado para a negociação, não aproveitou a oportunidade que há tanto esperava de falar de forma direta e franca com os responsáveis pela empresa.”

A tarefa do conciliador exige preparo emocional. “Ele não pode permitir que o trabalho interfira em sua vida pessoal. Deve deixar tudo o que ouve na sessão dentro da sala e não levar nada de uma sessão para outra, menos ainda para casa”, afirma Isidoro Bueno. Helena Tannus explica que, às vezes, pode acontecer de o conciliador estar passando por uma situação similar à das partes em sua vida pessoal. Nessas horas, ele tem que permanecer isento. “Não é fácil, mas é nossa função. No exercício da atividade, você acaba por lidar com aspectos da sua personalidade que lhe tornam uma pessoa mais madura.”

Tendo em vista a necessária habilidade para lidar com pessoas, o conciliador deve possuir vocação. Mas também deve aprimorar seus conhecimentos. Isidoro Bueno fez vários cursos de preparação e aperfeiçoamento. “Os cursos auxiliam

no desenvolvimento de ferramentas para interagir com as pessoas e facilitar a conversação.” Silvana Dias participou de curso de mediação na Argentina, de mediação familiar e Justiça Restaurativa na Escola Paulista da Magistratura (EPM) e está cursando pós-graduação na PUC em Mediação e Intervenções Sistêmicas para Resolução de Conflitos. Helena Tannus chega a afirmar que o conciliador tem por obrigação desenvolver seu conhecimento, pois assim deixará de utilizar, apenas de forma empírica, o que sabe e começará a utilizar técnicas de conciliação em seu auxílio.

A conciliação constrói soluções para questões que o processo judicial em si não consegue resolver. Os conciliadores paulistas sabem disso, pois vivenciam essa experiência em seu cotidiano. Helena Tannus se lembra, com emoção, do caso de

uma menina que, quase aos 18 anos, procurou o Cejusc para conseguir reconhecimento de paternidade. O pai colocou-se à disposição para pagar pensão alimentícia, mas exigiu o exame de DNA. Quando da sessão de conciliação, a filha disse ao pai: “Eu não quero a pensão, eu quero apenas poder chamá-lo de pai. Este foi o caminho que eu encontrei para chegar até o senhor”. Nesse momento, diante de outros familiares presentes, abraçaram-se e se agregaram enquanto família. Essa união ocorreu por intermédio de um canal não litigioso, mas possibilitado pelo Poder Judiciário. “O resgate da pacificação, em uma sociedade ainda em construção, como a nossa, só pode dar bons resultados”, afirma Helena.

**Texto: Dicler Antonio**  
**Fotos: Ricardo Lou e Daniel Gaiciner**



“A conciliação tem crescido, ganhado campo e acredito que esse é um caminho sem volta, que permite um Judiciário célere e onde o cidadão ganha autonomia para decidir suas questões ” (Isidoro Bueno)

# A receita de Borgatto



## Magistrado de Jaboticabal mostra como encarar a vida de forma prazerosa, inclusive a aposentadoria

O magistrado Antonio Roberto Borgatto poderia ter se aposentado servindo à 10ª Vara da Fazenda Pública da Capital, para onde foi nomeado em janeiro. Mas, em vez disso, preferiu ficar em sua cidade, Jaboticabal, até completar 70 anos e abraçar sua merecida aposentadoria. "Permaneci aqui no Juizado Especial Cível e Criminal e no Colégio Recursal

por uma questão de interesse mútuo, pois não havia juiz substituto, e já que abri mão de minhas diárias e ajuda de custo, não existiu qualquer prejuízo ou despesa para a Administração", afirma o magistrado.

A qualidade de vida proporcionada pelo interior paulista cativou Borgatto. Por isso, a aposentadoria não o amedronta ou entristece. Ele

poderá, agora, dedicar-se mais às coisas de que gosta, desprendendo-se do gigantesco volume de trabalho. "A vida no interior nos prende e impede que a gente vá para a Capital". O pensamento de Borgatto vai na contramão do que pensa boa parte dos magistrados, que sonham em galgar degraus que os levem ao topo da carreira. Porém, para um parcela dos

integrantes da magistratura, a vida no Interior e tudo o que ela representa possui atrativos maiores.

Borgatto está há 23 anos e meio em Jaboticabal, sendo o segundo juiz que mais permaneceu na comarca. É muito conhecido na cidade. “As pessoas passam por mim e me cumprimentam, coisa que não acontece na cidade grande. Às vezes, após a pessoa se afastar, lembro que já proferi uma decisão contra ela em um processo, mas, mesmo assim, não deixo de ser cumprimentado com carinho e respeito.” O magistrado recorda que as várias mudanças de endereço, ônus inalienável do início da vida como juiz, eram um sacrifício para a família. “Por isso, me estabeleci em Jaboticabal. Minhas filhas casaram aqui e isso me seguiu no local. Aqui, eu e minha esposa, Ana Maria, temos um círculo de amizades. Gostamos muito de dançar e frequentamos o ‘Baile da Velha Guarda’. Minha esposa é que me incentivou, pois eu era meio tímido. Hoje, danço todos os ritmos: tango, bolero, samba... Também tenho uma turma de pescaria. Pescamos no Açude da Usina São Carlos, ou, nas férias, no Rio Taquari, lá no Mato Grosso. Quando vou ao rancho, gosto também de cozinhar. Ultimamente, por causa dos joelhos, que não me permitem ficar muito tempo em pé, faço apenas pizzas. Minha especialidade é pizza de sardinha, que é uma receita da minha mãe. Também faço macarrão com bacalhau, sardinha a escabeche”, conta.

Com indisfarçável alegria, Borgatto relembra algumas histórias de pescaria: “Havia um amigo nosso, muito ‘gozador’, que durante a madrugada passava esmalte nas unhas dos pés do pessoal. De manhã, na hora do café, era uma risada só ao flagrarmos os pés das ‘vítimas’”.

“Certa noite, após uma chuvarada, apareceram muitos sapos ao lado do alojamento. A turma tinha um medo danado de sapo. Eu não tenho porque, na faculdade, dissecávamos sapos nas aulas de biologia. Sei, inclusive, como extrair o veneno deles. Então, eu peguei

o maior sapo de todos e levei-o, segurando-o pelas costas, até a cozinha. Todo mundo correu, pulando uns sobre os outros.”

“Participo também dos Jogos Regionais do Idoso (Jori), na modalidade ‘jogo de damas’. Já disputei três vezes as finais do torneio estadual”, diz orgulhoso.

Talvez seja este o segredo: viver bem, antes da aposentadoria e, quando ela vier, continuar a curtir a vida e ser feliz.

Pai de Ana Teresa, Roberta e Flávia, Borgatto já encontrou atividades para os próximos meses. “No momento, estou me ocupando em restaurar um velho casarão, que adquiri, no centro da cidade. Estou correndo atrás de pedreiros. É uma atividade que assumi para não ficar parado.”

Borgatto nasceu em Sertãozinho. Quando jovem, cursou a Escola Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo e foi contemporâneo do desembargador Artur Marques da Silva Filho (presidente da Seção de Direito Privado), seu colega de alojamento. Deixou o curso por motivos particulares e ingressou na USP de Ribeirão Preto, onde se formou em Química. Em seguida, lecionou na região. Foi professor em Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras. Nessa época, foi professor do desembargador José Luis Palma Bisson, que faleceu recentemente.

Depois, casou-se e mudou-se para Ituverava, onde foi diretor da Escola Fabiano Alves de Freitas. Formou-se em Direito. Prestou concurso para Fiscal de Renda, Ministério Público e, finalmente, Magistratura.

Ao ingressar no Judiciário, aos 41 anos, foi juiz substituto em Barretos, depois atuou em Dois Córregos e, em seguida, Jaboticabal, onde iniciou em 15/10/91. “Na minha vida, encontrei-me, exercendo a Magistratura.”

Essa alegria de viver e de aproveitar a vida será levada pelo magistrado para a sua aposentadoria. Talvez seja esse o segredo: viver bem, antes da aposentadoria e, quando ela vier, continuar a curtir a vida e ser feliz. A juíza da 1ª Vara de Jaboticabal, Carmen Silvia Alves, que atua na comarca há mais de 15 anos, afirma que aprendeu com o colega que os juízes podem ser profissionais sérios e dedicados, sem abrir mão de um convívio social agradável e afetuoso. “Louvável a postura do Borgatto, que sempre refletiu sua experiência de vida, sua discrição como magistrado e sua determinação, que perdurou até os últimos dias na Magistratura. O colega manteve a motivação para o trabalho até seu desligamento, quando poderia estar há muito gozando de merecido descanso”, conclui a magistrada.

Texto: Dicler Antonio  
Fotos: Ricardo Lou e internet



Rio Taquari, no município de Coxim, Mato Grosso do Sul

# Paulinho

## 43 anos dedicados ao Judiciário paulista



### Servidor da Comarca de São Carlos possui nove quinquênios e se candidata a ser o mais antigo funcionário do TJSP

**P**aulo Venâncio dos Santos, o Paulinho, como é conhecido por todos que frequentam o Fórum Criminal de São Carlos, está há mais de 30 anos à frente da portaria da 1ª Vara Criminal, fazendo o pregão das audiências, conduzindo as partes e testemunhas e auxiliando nas atividades. Mas, muito antes disso, ele já servia ao Tribunal de Justiça.

“Em 1972, eu morava em São Paulo, mas minha namorada, Neusa, morava em São Carlos. Ela era babá dos filhos de um juiz do fórum e

me apresentou a ele e sua família. Naquele ano, ele se transferiu para a Capital e me sugeriu a trabalhar no Tribunal. Fiz uma ‘provinha’ e entrei como servente. Comecei lá no Fórum João Mendes. Seis meses depois, fui promovido para contínuo/porteiro e passei a trabalhar na biblioteca do 6º andar do Palácio da Justiça”, dessa forma, com fala mansa e cordial, Paulinho explicou como iniciou no TJSP, aos 22 anos de idade.

Nascido em 1949, em Queiroz-SP, Distrito de Pompeia, lá para

os lados de Marília, Paulinho cresceu na área rural. Seus pais sempre trabalharam na lavoura. Na Usina Itaquerê, próxima à Nova Europa, teve o seu primeiro emprego, no engenho de açúcar. Mas foi em São Carlos que conseguiu o primeiro trabalho de que realmente gostou, no Supermercado Jardim: “Ali eu trabalhava limpo, sem sujeira, e tinha mais contato com as pessoas”.

Aos 21 anos, um amigo o convidou a vir para São Paulo. Veio e ficou. Entrou para o Tribunal e

somente voltou para São Carlos em 1978. “Eu queria me casar (com Neusa) e quando foi criada a Vara Oficializada em São Carlos, consegui transferência. Casei-me. Só que minha esposa prestou concurso para escrevente em São Paulo e passou”, revela. O impasse se desfez quando Neusa também conseguiu transferência para São Carlos. “O juiz Pedro Barbosa Pereira Filho, da 2ª Vara Cível daqui de São Carlos, conseguiu que ela fosse transferida para cá. Ele é uma pessoa que jamais vamos esquecer”, afirma com emoção. “Foi um pai para mim. Sempre me aconselhou nos momentos difíceis. Tenho enorme carinho por ele, por sua esposa, Dona Marli, seus filhos e netos, que conheço todos.” Paulinho orgulha-se do ótimo relacionamento que teve com os magistrados com quem trabalhou. “Com o doutor Morello (Antonio Benedito Morello, juiz da 1ª Vara Criminal de São Carlos) eu trabalho há 31 anos. Conheço sua família. Ele também é um ‘paizão’ para mim”, diz com sorriso largo.

Já em São Carlos, concluiu o curso de agente de fiscalização. Depois prestou o vestibular e cursou Direito nas Faculdades Integradas de São Carlos (Fadisc). Tornou-se bacharel em 1991, aos 42 anos. “Isso foi uma grande realização em minha vida. Também passei em um concurso para o Tribunal de Alçada. Mas preferi ficar.”

Ele tem três filhas, Ana Paula, Eloísa e Daniela. Mas, além delas e de sua esposa, Paulinho tem outro amor: seu Fusca, que possui há mais de 30 anos. “Ele já me deu muitas alegrias. Eu o adquirei na troca por um telefone.”

Com tantos anos de Tribunal, presenciou muitas mudanças. “Da minha turma, quando entrei, todos já se aposentaram e alguns até já faleceram. Antigamente, não tínhamos décimo-terceiro. Não havia licença-prêmio. Na época que iniciei, mulheres não podiam entrar no Tribunal de calças compridas, mas somente de saias ou vestidos. Ainda havia a passarela em frente

ao Fórum João Mendes, que cruzava a rua até a Onze de Agosto. Mas, na hora de ir embora, ninguém atravessava a passarela. Com pressa, todos iam por baixo, correndo para pegar ônibus. O metrô ainda não havia sido inaugurado”, recorda-se.

“Minha vida é esta. Adoro o que faço. Quando criança, eu queria ser policial... ainda bem que não fui”

Paulinho tem muitas histórias para contar. Algumas inusitadas: “Certa vez, em uma audiência onde estava sendo ouvida uma criança que sofrera abuso sexual, eu fui chamado para me sentar numa saleta, juntamente com um suspeito do crime e outros funcionários aqui do Tribunal, pois a psicóloga iria pedir ao menor que identificasse qual era o agressor. A criança ficou no corredor e viu através de um vão na porta entreaberta. Ela apontou para um dos nossos funcionários com o dedo. Questionada de novo, ela confirmou, por três vezes: – Tem certeza? – Tenho!!! Depois descobriram que o criminoso, na época do crime, usava cavanhaque, mas no dia da audiência estava com a cara lisa, enquanto que o nosso funcionário portava um cavanhaque igualzinho ao do agressor.”

Com 65 anos de idade e 43 anos de Tribunal, ele tem nove quinquênios. Isso se explica porque, antigamente, o período trabalhado anteriormente ao ingresso era incorporado ao tempo no Tribunal.

“Minha vida é esta. Adoro o que faço. Quando criança, eu queria ser policial... ainda bem que não fui. Não sou ‘puxa-saco’ de ninguém. Respeito todo mundo e trato todos da mesma maneira. Relaciono-me bem com advogados, promotores e defensores públicos. Meu salário não é muito, mas nunca fiquei sem recebê-lo em dia. Gosto sempre de reparar mais nas coisas boas do que nas ruins. Não sou de sair muito. Aqui em São Carlos não é aconselhável que um ‘senhorzinho’ fique andando por ai à noite.”

De acordo com o juiz Antonio Morello, Paulinho é sempre atencioso, prestativo e simpático com todas as pessoas que procuram o fórum e muito querido pelos advogados. “Tenho por ele imensa gratidão pela fidelidade, ajuda e dedicação que me vem prestando durante as três décadas de minha atuação na comarca”, afirma.

Ao finalizar, Paulinho avisa: “Pretendo me aposentar quando completar 70 anos.”

Texto: Dicler Antonio  
Foto: Ricardo Lou e internet



Passarela em frente ao Fórum João Mendes Jr., no início da década de 70



# Botucatu e suas histórias

**Com 148 anos de existência, comarca é uma das mais antigas do Estado**

**20** de abril de 1866. O presidente em exercício da Província de São Paulo, Joaquim Floriano de Toledo, sanciona a Lei nº 61 e cria a Comarca de Botucatu, uma das mais antigas do Estado. A iniciativa remonta a outro ato do governo provincial, de 15 de dezembro de 1860, quando o termo-unido da vila de Botucatu – forma jurídica anterior à de comarca – é desanexado de Itapetininga e passa a aguardar a elevação

de sua condição. À época já funcionava no município um Tribunal do Júri, com sessões presididas inicialmente por Olegário Herculano de Aquino e Castro.

O primeiro juiz de Direito de Botucatu – declarada de primeira entrância pelo Decreto nº 3.600 do mesmo ano de sua criação – foi José Carlos Machado de Oliveira. A lei determinava que pertenciam à comarca os termos de Itapeva da Faxina, Apiaí e Lençóis Paulista. A

extensão territorial em questão era grande e cobria do lugar chamado Rio Feio (atual Porangaba) até o Rio Paraná (em frente de onde nele deságua o Rio Pardo, que vem do Mato Grosso do Sul), além da área compreendida entre os rios Tietê e Paranapanema, algo em torno de 160 quilômetros de largura por 534 de comprimento.

As atividades do Judiciário local davam-se, de início, em casas alugadas. O prédio do fórum, que



Vitrail que ainda se encontra no prédio do antigo fórum de Botucatu

abrangeria todas as funções da Justiça, viria de forma definitiva apenas em 1925 – naquele período, os edifícios abrigavam fórum e cadeia no mesmo lugar.

A antiga sede da comarca recebe trabalhos de restauração para se tornar a primeira pinacoteca pública do interior

Historiadores de Botucatu creem que ele tenha recebido assinatura do escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo, assim como outros edifícios situados no centro histórico. Certo é que a construção foi incumbida aos engenheiros Dinucci e Pardini. A cadeia permaneceu ali até 1974, quando

foi transferida para o Bairro Alto, onde permanece até hoje. Ao fórum foi dado, em dezembro de 1970, o nome 'Desembargador Alcides de Almeida Ferrari', que atuou como advogado e magistrado no município.

A sede da comarca foi instalada na parte alta da cidade, sobre um cemitério católico, abandonado pelo município desde 1899. Hoje o local recebe trabalhos de restauração para se tornar a primeira pinacoteca pública do interior paulista, com prazo de entrega previsto para 2015. O fato de muito tempo atrás funcionar lá um campo-santo deu ensejo a relatos de cunho

fantasmagórico... operários das obras dão conta de ouvir, por diversas vezes, sons de batidas à máquina de escrever e aparições de pessoas, em princípio, mortas, até mesmo nas dependências das masmorras da cadeia que, supõe-se, abrigavam os loucos.

A partir de sua inauguração, o prédio passou a apresentar sérios problemas de rachaduras. Até 1956, três reformas foram efetuadas, mas uma restauração total veio apenas em 1979, empreendida pelo governador Paulo Egydio Martins. Todas as rachaduras foram, mais uma vez, consertadas, e o edifício foi calçado nos seus alicerces; vários buracos foram cavados nas laterais e dentro dos porões e enchidos com concreto. Os problemas, no entanto, continuaram, e o local foi interditado, por tempo indeterminado, em junho de 2003 – as repartições permaneceram dispersas em diferentes endereços até a inauguração do atual fórum, em dezembro de 2012, e localizado às margens da Rodovia João Hypolito Martins (Castelinho).

**Texto: Maik Rene**

**Fotos: Antônio Carreta e Acervo do Fórum de Botucatu**

**Personagens** – Nos 148 anos de história da Comarca de Botucatu, dois homens são dignos de destaque. Um deles foi Antônio Bento de Souza e Castro, promotor público na cidade entre 1869 e 1870 e que ocupou a Curadoria de Órfãos, Capelas e Resíduos. Rico e filho de fazendeiros, o abolicionista Souza e Castro criou um grupo radical, os Caifazes, dedicados a libertar escravos de fazendas da região – não poupou nem mesmo a propriedade da própria irmã. Também foi o principal organizador do quilombo do Jabaquara, em Santos, para onde foram levados mais de 10 mil escravos fugidos de fazendas do Estado. A outra figura de destaque também entrou para a história de Botucatu, mas por um motivo trágico. Em 1877, o juiz municipal

José Gonçalves da Rocha foi morto. O autor do assassinato foi, supostamente, o fazendeiro Lúcio Ferreira Gordo, que teria mandado incendiar um grande eucaliptal com escravos presos a alguns paus. O fato levou o Poder Judiciário a processar o acusado, que teve de cumprir pena na colônia penal de Fernando de Noronha. No curso da ação, o magistrado teve a vida ceifada. Segundo relatos da época, Rocha lia um jornal na sala de estar de sua casa, com as janelas abertas, quando foi alvejado pela janela defronte à calçada da Rua do Riachuelo, hoje Armando de Barros. O juiz agonizou por cerca de dois meses até falecer. Seu corpo foi sepultado no cemitério católico, e os restos mortais, trasladados, em setembro de 1899, para o atual Portal das Cruzes.

**Organização judiciária** – No período regencial do Império, ouvidores, corregedores e chanceleres deixaram de exercer a função de magistrados e se consolidou a figura do juiz como magistrado de primeira instância. Havia o juiz municipal, escolhido pelo presidente da Província, dentre os nomes constantes de lista tríplice eleita pela Câmara Municipal, em substituição da figura do juiz ordinário local. O juiz de paz, eleito pela população para mandato de quatro anos, teve seu poder aumentado no período regencial, para incluir o julgamento das questões penais de menor importância. Já o juiz de direito era nomeado pelo imperador, em substituição ao juiz de fora.

# A Toga

“Quando um juiz adentra o recinto de um tribunal e todos se levantam, não estão se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar” (Joseph Campbell)

A toga (ou beca) utilizada por magistrados, advogados e integrantes do Ministério Público possui profundo significado simbólico. Integrante das vestes talar, tem sua origem nos trajes característicos da antiga Roma. Símbolo de poder, de posição hierárquica, as vestes talar têm o objetivo de destacar as pessoas que as utilizam das demais, dando-lhes especial representatividade. A palavra talar vem do latim *talus*, calcanhar, daí a expressão veste talar, ‘aquela cujo comprimento vai até os calcanhares’.

Quem as utiliza carrega sobre si, além da vestimenta, as responsabilidades inerentes às suas funções, como lembrança do seu ‘sacerdócio’ e respeito ao Judiciário. A toga constitui a veste dos juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores em todo o país e em muitas outras nacionalidades. Já a beca é usada pelos auxiliares de magistrados, advogados, defensores públicos e integrantes do Ministério Público.

Aos desembargadores, o cordão negro da toga representa a imparcialidade necessária à função do julgador. Símbolo da necessidade de não ser influenciável por opiniões ou pressões externas, pois na cor negra nem a luz do sol penetra.

Aos advogados, o cordão branco simboliza a oportunidade de ampla defesa à qual todo indivíduo tem direito. Junção de todas as cores, a cor branca emana clareza, demonstrando-se acessível a todo cidadão que

dele se socorre para obter defesa.

O cordão vermelho, utilizado pelos integrantes do Ministério Público, traduz a importância da sua função, compreendida na defesa da sociedade, dos menores e dos incapazes. A cor vermelha nos traz à lembrança o sangue derramado pelas vítimas, inclusive, vítimas sociais, agredidas em seus direitos de cidadãos, embora incólumes fisicamente.

Peça de roupa cuja origem remonta às primeiras civilizações da península itálica, a toga, de início, apresentava uma forma retangular e curta. Mais tarde, passou a ser semicircular, tendo seu tamanho aumentado consideravelmente: a toga chegou a atingir aproximadamente 6 metros no lado reto e 2 metros de largura. Por isso, era difícil de usar, pelo que os romanos mais ricos possuíam mesmo um escravo encarregado de ajudar nesta tarefa (o *uestiplicus*).

A toga era a marca distintiva do cidadão romano, sendo proibido seu uso aos estrangeiros e escravos. As mulheres também utilizaram a toga, mas gradualmente adotaram a *estola* (uma espécie de vestido).

Existiam vários tipos de toga, associadas a diferentes funções:

**Toga viril** (*Toga pura/virillis*) – era uma toga lisa, feita de lã branca, usadas pelos homens romanos assim que atingissem a idade adulta.

**Toga pretexta** (*Toga praetexta*) – era uma toga branca que apresentava uma banda larga de cor púrpura. Era usada pelos rapazes que ainda não tinham tomado a toga viril e pelas jovens que ainda não tinham casado, bem como pelos principais magistrados e sacerdotes.

**Toga cândida** (*Toga candida*) – toga de um branco imaculado, era envergada pelos

candidatos a cargos públicos (os *candidati*, de onde deriva a palavra candidato). A brancura dessa toga era muitas vezes realçada recorrendo-se à cré (espécie de calcário branco).

**Toga picta** (*Toga picta/purpurea*) – usada pelos triunfadores e mais tarde pelo imperador.

**Toga sórdida** (*Toga sordida/pulla*) – era a toga dos pobres e do réu quando se apresentava no tribunal (servindo neste caso a toga para inspirar um sentimento de piedade).

**Toga trabea** (*Toga trabea*) – era uma toga toda púrpura ou então ornamentada com riscas horizontais de cor púrpura. Era usada pelos áugures e sacerdotes durante os atos rituais. Os deuses eram também representados usando esta toga.

O Museu do Tribunal de Justiça possui em seu acervo togas que pertenceram a eminentes figuras do Judiciário paulista.



Toga em exposição no Museu do Tribunal de Justiça

(Aberto de 2ª a 6ª, das 11 às 18 horas – Rua Conde de Sarzedas nº 100 - Centro - São Paulo/SP. Telefone: (11) 3295-5819).

**Texto: Dicler Antonio**  
**Fotos: Antônio Carreta**

*Fontes: Textos do desembargador Emeric Lévy; Wikipédia e site memorialvirtual.tjpb.jus.br/textos/curiosidades/curiosidades-becas-e-togas*

A partir desta edição, a revista **Justiça SP** conta com a publicação da coluna **Bem-Estar**, que apresenta dicas de como manter a saúde em dia, além de divulgar campanhas desenvolvidas pela Secretaria da Área da Saúde do Tribunal de Justiça (SAS).

A coluna é inaugurada com algumas dicas simples, propostas pelo cirurgião dentista Marcelo Angotti, coordenador de Promoção à Saúde da Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde da SAS, que podem ser adotadas em nosso cotidiano, visando manter a saúde e, por consequência, uma boa qualidade de vida.

## Promoção de Saúde

Saúde não é sinônimo de ausência de doenças. Caso fosse, praticamente nenhum de nós seria saudável. A maioria da população tem alguma doença classificada pelo CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) ou pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Pode ser uma simples cárie (CID: K 02) ou até mesmo a tristeza (CID: R 45.2).

Saúde é estar bem e sentir-se bem em nosso meio ambiente, dentro das limitações das condições humanas de nosso corpo, mente e sociedade. A perfeição de todos esses fatores, apesar de ser a meta ideal, não é algo fácil de se alcançar.

### Dicas:

**Fazer exercícios físicos regulares:** Hábito que, entre outros benefícios, protege contra doenças do colesterol, diabetes, obesidade, depressão e estresse. Fortalece ainda o sistema imunológico, protegendo contra doenças infecciosas e câncer. Também condiciona ossos, músculos e quase todos os órgãos do corpo. Melhora o sono, os relacionamentos interpessoais, a produtividade e a vida sexual. Assim como a alimentação correta, ajuda a desintoxicar o organismo;



**Gerenciar o estresse:** Ele está presente na nossa vida, quer queiramos ou não. É preciso aceitá-lo como condição da capacidade humana de adaptação às mudanças. Mas, ele torna-se um problema quando permanece por um longo período ou é visto como insuperável, quer por motivos pessoais (perfeccionismo, pressa) ou por fatores externos (mudanças de vida ou profissional, acúmulo de problemas cotidianos). Atitudes simples podem evitar ou amenizar o estresse como alimentar-se de forma saudável, fazer atividades físicas, dormir corretamente e proporcionar a si momentos de prazer. Se, no entanto, não for possível controlá-lo, deve-se procurar ajuda profissional;

**Seguir uma alimentação equilibrada:** Comer em menor quantidade e mais vezes, sem esquecer-se de ingerir água com frequência. Devem-se ingerir cinco porções diárias de frutas, legumes e verduras e evitar ao máximo o consumo de alimentos processados. Metade do seu prato deve ser composto por frutas, verduras e legumes. A outra metade deve ser dividida em dois quartos. Um deles preenchido com carboidratos (batatas, arroz, massas...) e o outro com proteínas, metade delas de origem animal (carne, frango, peixe...) e a outra de origem vegetal (feijão, grão de bico, soja...);



**Ter um bom sono:** Torne seu sono uma rotina. Durma e acorde nos mesmos horários, em local silencioso e sem iluminação. Não mantenha TVs, computadores etc. no quarto onde dorme. Se necessário, utilize tampões nos ouvidos e olhos. Antes de dormir, evite bebidas alcoólicas, tabaco, café e outros estimulantes. A atividade física não deve ser realizada imediatamente antes do sono. O ideal é ter um sono repousante e não ficar sonolento durante o dia.

**...e, sobretudo, não fume.**

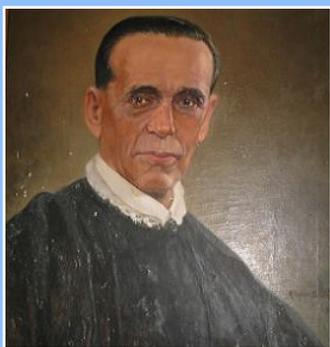
A revista **Justiça SP** conta, a partir desta edição, com a publicação da coluna **Patronos**.

O Dia do Patrono foi instituído pelo Tribunal de Justiça de São Paulo pela Portaria nº 9.023/14 para homenagear personalidades que nomeiam as edificações pertencentes ao Tribunal de Justiça. O evento, inserido na “Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, considerou a importância da memória histórica enquanto componente indispensável ao aperfeiçoamento das instituições e o papel pedagógico derivado da recordação da trajetória daqueles que ajudaram a construir o Poder Judiciário Bandeirante e da dimensão do exemplo pessoal como elemento inspirador às presentes e futuras gerações. Produção de textos literários ou acadêmicos sobre o tema, visitas guiadas de estudantes, realização de palestras, resgate e ampla divulgação, por meio eletrônico, dos dados biográficos do patrono, são algumas das atividades que podem ser inseridas nas homenagens.

## Conheça alguns patronos homenageados no mês de outubro:

A Comarca de Cordeirópolis realizou a solenidade “Dia do Patrono”, no último dia 30, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini.

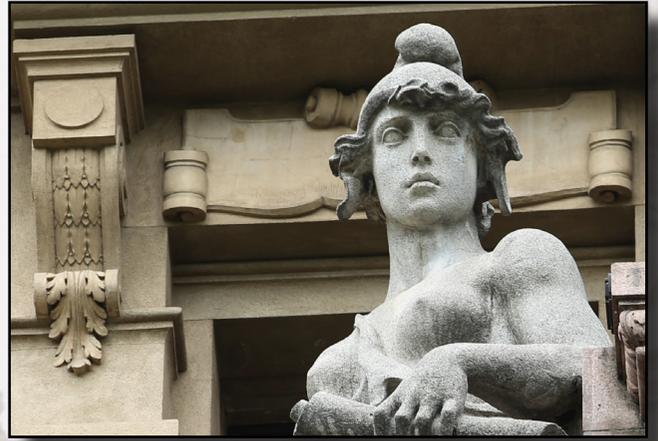
O patrono Djalma Negreiros Penteado nasceu em 30 de outubro de 1925, em Rio Claro. Filho de Irineu Torres Penteado e Clarice Negreiros Penteado. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), turma de 1951. Ingressou no Ministério Público em 1952 e em 1980 na Magistratura, como juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Em 1983, foi promovido a desembargador do TJSP, onde ficou até sua aposentadoria (1986). Faleceu em 21 de fevereiro de 1994.



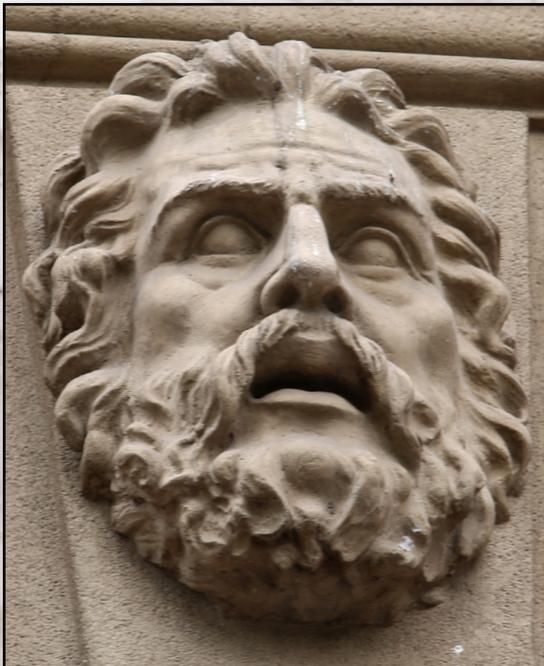
Piracicaba – Francisco Antonio de Almeida Morato, patrono do fórum local, teve seu retrato em exposição no hall de entrada do prédio. Francisco Antonio de Almeida Morato nasceu em 17 de outubro de 1868, em Piracicaba. Morreu em 21 de maio de 1948, 17 anos antes de a cidade elevar-se à categoria de município. Morato foi político, advogado e professor emérito da Faculdade de Direito de São Paulo. Fundou em 1916 o Instituto da Ordem dos Advogados do Estado, sendo seu primeiro presidente. Também lutou na Revolução de 32.

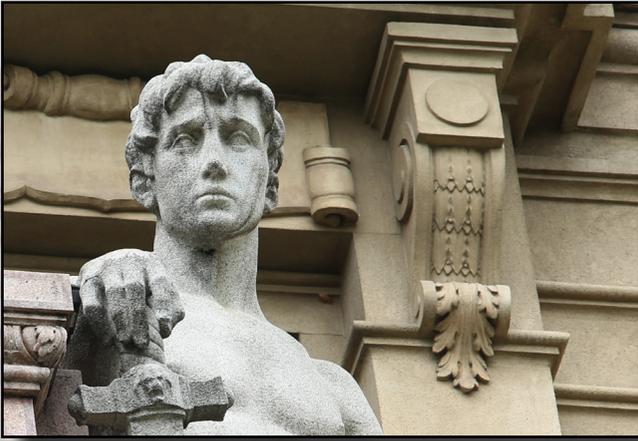
Dois Córregos – O “Dia do Patrono Antônio Ferreira de Castilho Filho” foi comemorado e a imprensa local divulgou a data. Para o próximo ano, está sendo programada uma atividade maior, juntamente com o ‘Projeto Cidadania e Justiça também se aprendem na escola’. O patrono recebeu homenagem escrita e parte dela diz que “a humanidade logo descobriu que existem pessoas que são verdadeiros caminhos, ou estradas, capazes de nos transportar da origem ao destino; pessoas que nos dão rumo, direção e sentido. Sem elas estaríamos irremediavelmente perdidos. Essas são as pessoas que nos servem de baliza, de guia, sendo elas próprias o caminho. São pessoas que fazem a História”.



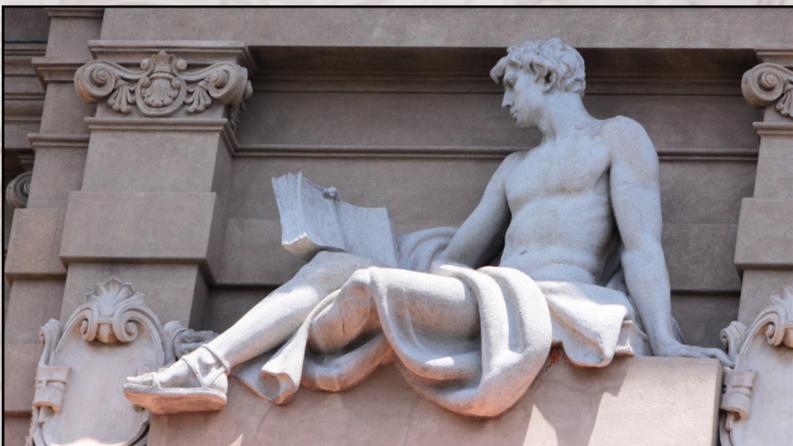


# ESCU DO PALÁCIO





# TURAS DA JUSTIÇA





**Corpo Diretivo**

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini  
Juiz Assessor da Presidência – Ricardo Felício Scaff  
Juiz Assessor da Presidência – Antonio Carlos Alves Braga Júnior

**Jornalista Responsável**

Rosangela Sanches

**Corpo Editorial**

Rosangela Sanches  
Maria Cecília Abatti Souza Cruz  
Liene Dias Vicente  
Alexandre de Lima Marcusso  
Dicler Rodrigues Antonio

**Corpo Técnico**

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Ana Claudia Guerra Brasileiro Genaro  
Dicler Rodrigues Antonio  
Erorci Santana  
Helena Toshie Sato Yanase  
Maik Rene Alves de Lima  
Maria Cecília Abatti Souza Cruz  
Rosangela Sanches  
Rômulo Saulo de Oliveira Pordeus

Fotografia

Antônio Carlos Carreta  
Daniel Gaiciner Minghin  
Erorci Santana

Gedeão Dias da Silva  
Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio

Revisão

Denis Cassettari  
Maik Rene Alves de Lima

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Presidente**

Desembargador José Renato Nalini

**Vice-Presidente**

Desembargador Eros Piceli

**Corregedor-Geral da Justiça**

Desembargador Hamilton Elliot Akel

**Decano**

Sérgio Jacinto Guernieri Rezende

**Presidente da Seção de Direito Privado**

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

**Presidente da Seção de Direito Criminal**

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

**Presidente da Seção de Direito Público**

Desembargador Ricardo Mair Anafe

**Apoio técnico:** Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Esculturas do Palácio da Justiça (Antônio Carreta); Capa (Antônio Carreta / Dicler Rodrigues Antonio / Mario Cesar Silva);  
matérias *A receita de Borgatto* (site panoramio.com) e *Paulinho, 43 anos dedicados ao Judiciário paulista* (site skyscrapercity.com);  
ilustrações (Mario Cesar Silva)

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3104-9255 e 3241-4007 – [imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)